



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido CHEGA**

PA 06/ALRAA/20/2020

janeiro/2025



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Ausência de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)	5
2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partido político (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)	6
2.4. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	9
2.5. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP).....	11
2.6. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP)	13
3. Decisão	18



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	Partido CHEGA
CHEGA	Partido CHEGA
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido CHEGA



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no n.º 1, do artigoº 41.º, da Lei Orgânica (LO) n.º 2/2005, de 10 de janeiro, a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido CHEGA**, daqui em diante designado por **CHEGA**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO n.º 1/2018, de 19 de abril.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Ausência de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Decorre do n.º 4, do artigo 21.º, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, que no prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega de listas ou candidatura a qualquer ato eleitoral, o partido, a coligação, o grupo de cidadãos ou o candidato a Presidente da República promovem a publicação, em jornal de circulação nacional, da lista completa dos mandatários financeiros.

A Candidatura registou no “Mapa M7 – Propaganda, comunicação impressa e digital” (cfr. fls. 51 do PA) despesa do fornecedor “Açomédia, Comunicação e Edição Pública, S.A.”, no valor de



56,58€, referente à publicação do anúncio do mandatário financeiro, nos jornais de circulação da Região Autónoma dos Açores designados “Correio dos Açores” e “Açoriano Oriental”, ambos no dia 04/09/2020 (fls. 12 e 13 do PA).

Como já referido, é obrigação decorrente da Lei n.º 19/2003, que a Candidatura promova esta publicação em jornal de circulação nacional.

Não tendo a Candidatura apresentado qualquer outro meio de publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro, não se pode ter por cumprida a obrigação de promoção por meio de publicação em jornal de circulação nacional.

Por conseguinte, a omissão descrita supra configura a violação do n.º 4, do artigo 21.º, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.1 - Ausência de publicação de anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional

Reitera-se aqui o que ficou acima exposto sobre o processo de criação do CHEGA, designadamente quanto à pouca experiência em matéria de formalismos relativos às campanhas eleitorais que os órgãos do partido CHEGA detinham na época em que decorreu o ato eleitoral em causa.

Não sendo possível nos atuais arquivos do partido encontrar referência a outras publicações com identificação do mandatário financeiro àquelas eleições, para além das que constam da documentação já entregue nessa Entidade, esclarece-se que, ainda assim a publicação "Correio dos Açores", tem edição perante on-line sendo portanto acessível em todo o território nacional - cfr. em <https://correiodosacores.pt/>.

Pelo que, do ponto de vista da substância, se deve considerar cumprida a obrigação a que se refere o art. 21, n.º 4 da Lei 19/2003.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega, à data da eleição em causa, falta de experiência dos órgãos do partido em matéria de formalismos e refere que a publicitação do



anúncio de identificação do mandatário financeiro foi realizada num jornal com edição *online*, portanto acessível em todo o território nacional.

Note-se que o disposto no n.º 4, do artigo 21.º, da Lei n.º 19/2003 compreende a circulação em território nacional do jornal no qual o partido promoveu a publicitação da lista completa dos mandatários financeiros. Face ao enquadramento legal mencionado, o facto de o jornal “Correio dos Açores” ter uma edição *online* entende-se que não cumpre o dever de circulação nacional do mesmo. O que se exige é que seja um jornal que, pela sua caracterização, abranja todo o território nacional.

Analisando os argumentos apresentados pela Candidatura à luz do presente enquadramento legal, não se considera justificado o facto de o Partido CHEGA não ter publicitado em jornal de circulação nacional o anúncio da identificação do mandatário financeiro da Candidatura.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do n.º 4, do artigo 21.º, da Lei n.º 19/2003.

2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, da análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral verificou-se que a Candidatura apresentou um “Anexo X – Anexo às contas de campanha”, o qual não apresenta qualquer informação referente às contas da campanha para a eleição dos deputados à ALRAA (cfr. fls. 41 do PA).

Note-se que o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo, publicada no Aviso n.º 8259/2015, de 29/07, nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases



de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.2 – Deficiências no Processo de Prestação de Contas

Vem o CHEGA aqui acusado de não ter entregue o anexo ao Balanço e DR de acordo com o detalhe previsto no SNC em violação do art.º 15 n.º 1 e 12 do (...). Ora, o CHEGA entregou o Anexo em causa aquando da entrega das contas. Em todo o caso, junta-se novamente o documento entregue, como Doc. 1.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura apresentou o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados (cfr. fls. 148 a 150 do PA).

Assim, face à apresentação de um novo documento de prestação de contas (Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados), o qual contém informação sobre as principais rubricas das demonstrações financeiras, considera-se sanada a irregularidade.

2.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partido político (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.



Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No que tange às receitas da campanha, verificou-se que a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M2 – Receitas de Campanha – Contribuições de Partido(s) Político(s)” as seguintes contribuições do Partido CHEGA, no valor total de 27.000,00€, suportadas pelas seguintes transferências bancárias efetuadas para a conta de campanha com o IBAN

aberta junto do “Banco Português de Investimento, S.A.” (cfr. fls. 40 e 44 do PA e fls. 38 do Anexo I do PA):

- A.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 7.500,00€, suportada pela transferência bancária com o descritivo “TRF 0001476 DE CHEGA”, datada de 23/09/2020, e;
- B.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 19.500,00€, suportada pela transferência bancária com o descritivo “TRF 0001526 DE CHEGA”, datada de 11/10/2020.

Da análise documental efetuada às contribuições *supra* identificadas verificou-se que não foi disponibilizado documento, emitido pelos órgãos competentes do respetivo partido, que certifique os montantes efetivamente contribuídos, não se mostrando, pois, devidamente comprovadas as receitas provenientes de contribuições do CHEGA.

Pelo exposto, verifica-se a violação do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003, pela ausência de entrega de documentação certificativa das contribuições identificadas em **A.** e **B.**, no valor total de 27.000,00€, emitida pelos órgãos competentes do CHEGA.



Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.3 – Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – contribuições de partido político

Conforme consta dos autos, o CHEGA entregou com as suas contas, os comprovativos das transferências bancárias efetuadas da conta bancária do CHEGA para a conta da Campanha Eleitoral, devidamente assinados pelo seu presidente da direção, em como se tratava de financiamento à campanha eleitoral em causa.

Pelo que não se alcança que possa ter existido qualquer incumprimento quanto a esta matéria, e designadamente um incumprimento do art.º 16º n.º 2 da Lei 19/2003.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que entregou comprovativos das transferências bancárias efetuadas da conta bancária do Partido CHEGA para a conta da campanha eleitoral, devidamente assinado pelo Presidente da Direção.

Como mencionado anteriormente, do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003, resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido. Com base na documentação recebida pela ECFP, não foi disponibilizada qualquer declaração emitida e assinada pelo Partido CHEGA relativamente aos montantes atribuídos a título de contribuições. Ao invés do alegado, não foram entregues os comprovativos das transferências bancárias assinadas pelo Presidente da Direção do Partido. Os extratos bancários entregues não constituem documentos certificativos das contribuições emitidas pelos órgãos competentes do Partido CHEGA.

Analisando os argumentos apresentados pela Candidatura à luz do presente enquadramento legal, inexistente qualquer causa que justifique o facto de não ter sido disponibilizada documentação certificativa das contribuições à campanha.



Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003.

2.4. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas através de subvenção pública, de contribuições de partidos políticos e do produto de atividades de angariação de fundos.

Por sua vez, a conjugação da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º com o n.º 4 do mesmo preceito legal, prevê a possibilidade do financiamento através de donativos pecuniários de pessoas singulares obtidas no âmbito das atividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas com donativos provenientes de angariação de fundos devem obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite de 60 IAS por doador até à obrigatoriedade da sua titulação por cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem (cfr. o mencionado no artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003).

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M4 – Receitas de Campanha – Donativos em Numerário” uma receita no valor de 720,00€, proveniente de “Roberto Carlos”, suportada por declaração emitida pelo Partido CHEGA, assinada pelo mandatário financeiro (cfr. fls. 123), e pela transferência bancária com o descritivo “TRF CRED SEPA+ ” realizada no dia 26/10/2020 para a conta de campanha com o IBAN PT50 0010 0000 5769 2500 0052 2, aberta junto do “Banco Português de Investimentos, S.A.” (cfr. fls. 40 e 47 do PA e fls. 38 do Anexo I do PA).

Todavia, da análise dos documentos de prestação de contas da campanha eleitoral verificou-se que a Candidatura não registou no “Mapa M3: Receitas de Campanha – Produto de Angariação



de Fundos” qualquer atividade de angariação de fundos (cfr. fls. 46 do PA), sendo apenas no âmbito desta atividade que tal receita seria legalmente enquadrável.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.4 – Incumprimento do regime relativo às receitas de campanha

Alega o Senhor Relator que se encontra registado um donativo de um particular no valor € 700,00, mas que não se refere expressamente que tenha existido uma atividade de angariação de fundos.

Ora, salvo o devido respeito, o CHEGA entregou, em tempo útil, o mapa competente com o devido registo daquele donativo, tendo igualmente entregue comprovativo do mesmo justificando a proveniência do mesmo e declaração do respetivo donatário também assinada.

Não se percebendo bem que documento o Senhor Relator entende estar em falta nesta alínea.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que entregou, em tempo útil, o mapa competente com o devido registo do donativo acima mencionado.

Como resulta do Relatório da ECFP, a Candidatura não registou nos documentos de prestação de contas qualquer receita de campanha no âmbito do produto de angariação de fundos (cfr. fls. 40, 42 e 46 do PA), sendo apenas no âmbito desta atividade que tal receita seria legalmente enquadrável.

Ainda que notificada no sentido de que apenas no âmbito da atividade de angariação de fundos tal receita seria enquadrável e para vir prestar esclarecimentos, a Candidatura não veio indicar a existência de qualquer atividade de angariação de fundos, sendo que apenas neste âmbito tal donativo pecuniário seria admissível, pelo que esta situação de donativo configura uma receita não prevista no n.º 1, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do n.º 1, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003.



2.5. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe, como vimos, um dever genérico de organização contabilística, o qual implica que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas que sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se podem ter como comprovadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “Mapa M11 – Despesas de Campanha – Custos administrativos e operacionais” uma despesa no valor de 94,64€, do fornecedor “PANAZORICA – Agencia de viagens”, com o descritivo “Viagem a Santa Maria do Candit. ”, suportada por documento emitido via SAF-T (PT) (i.e. Standard Audit File for Tax Purposes) extraído do Portal da Autoridade Tributária (cfr. fls. 40, 55 e 120 verso do PA).

Não se considera, todavia, que tal documento se mostre suficiente e adequado para corroborar a despesa identificada supra, dado não se encontrar munido dos elementos descritivos legalmente exigidos, designadamente porque no mesmo apenas consta o valor total da aquisição e a base tributável.



Pelo exposto, a ausência de apresentação de documentação de suporte adequada à comprovação da despesa supra identificada constitui uma violação do dever de organização contabilística e, consequentemente, dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta, que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental da despesa em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outras questões que possam surgir, solicitar a disponibilização de todos os elementos que permitam aferir da razoabilidade do preço dos serviços adquiridos, caso os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.5 – Falta de suporte documental

Encontra-se efetivamente em falta uma fatura, em suporte físico referente a uma despesa no montante de € 94,64, emitida pelo fornecedor "Panazorica - Agência de Viagens".

Ora, o CHEGA instou por inúmeras vezes o fornecedor em causa, para que lhe fosse enviado o suporte daquele documento, mas sem sucesso.

Ainda assim, por razões de transparência, e apesar da insignificância do valor da despesa em causa, o CHEGA optou por incluir aquela verba nas suas contas.

De resto a existência de tal despesa facilmente pôde ser confirmada pelo Senhor Relator através da Autoridade Tributária.

O CHEGA agiu de boa-fé, tendo declarado a despesa, não devendo, em consequência, ser responsabilizado pela má conduta de um fornecedor que não cumpriu com a sua obrigação de envio da fatura em causa.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Como resulta do Relatório da ECFP, a Candidatura declarou nas contas de campanha uma despesa no valor de 94,64€, relativa a uma viagem a Santa Maria do candidato e



anexou como documento de suporte a informação da fatura retirada do Portal da Autoridade Tributária (e-Fatura), com o NIF do Partido CHEGA ().

A Candidatura, notificada para juntar elementos adicionais considerados pertinentes, designadamente a fatura do fornecedor em nome da mesma, veio alegar que foram efetuados vários contactos com o fornecedor “PANAZORICA – Agência de Viagens”, mas não foi possível obter outro documento comprovativo da prestação do serviço. Contudo, não apresenta qualquer comprovativo do alegado.

Assim, face à ausência de entrega de qualquer documento de suporte adequado à comprovação da despesa, não se encontra suprida a irregularidade e, consequentemente, encontra-se violado o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, e no artigo 19.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

2.6. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (Ponto 4.6. do Relatório da ECFP)

Nos termos do n.º 1, do artigo 16.º, da Lei Orgânica n.º 2/2005, os partidos políticos e coligações que apresentem candidaturas às eleições estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00€, para o ano de 2020).

No caso, a Candidatura registou nas contas as seguintes despesas, no valor total de 11.417,66€, as quais se reportam à aquisição de meios, que, pela sua natureza, só podem ser utilizados em ações de campanha, pelo que não sobram dúvidas quanto à necessidade de cumprir *in casu* o dever de comunicação imposto pelo referido n.º 1, do artigo 16.º, da LO n.º 2/2005 (cfr. fls. 50, 52 a 54, 93 a 95, 97, 99, 100 e 102 do PA):

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor
ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00055	21/10/2020	Recolha de imagens, audio e tratamento de audio, vídeo	1.500,00



ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00056	28/10/2020	Aluguer de som e luz para eventos Realização técnica de som e luzes para a noite eleitoral	1.000,00
LGM - Gestão Sup. Publicitários U, LDA	2020/438	23/10/2020	Impressão de flyers p/ ilhas	3.003,00
LGM - Gestão Sup. Publicitários U, LDA	2020/438	23/10/2020	Distribuição de folhetos nas ilhas	2.142,00
Jaime Rufino da Silva	218/89	22/10/2020	Serviço de jantar de comício do partido.	1.192,66
Restaurante "O Escalha"	2020/00000011	23/10/2020	Refeição/ Jantar comício	1.635,00
Accional - Publicidade Comunic. Visual, Lda	20SMS/543	06/10/2020	Esferográficas Swuing Ref: 91019.24 com impressão a 1 cor numa face	945,00
Total				11.417,66

Salienta-se que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram necessariamente como meios de uma ação de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.

Pelo exposto, é de se concluir que, no caso em apreço, a conduta descrita importa o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.6 – Omissão da comunicação descritiva das ações de campanha de valor superior a € 625,00

É facto que o CHEGA não entregou nenhum documento descritivo das ações de campanha. Contudo, da análise das despesas efetuadas, cumpre referir o seguinte:

Encontram-se registados dois tipos de despesas - Em primeiro lugar as relativas a aquisição e distribuição de material de propaganda (flyers, folhetos, esferográficas) - que não implicaram propriamente a realização de qualquer ação específica de campanha, sobretudo, cujo custo tivesse sido superior ao salário mínimo nacional.

E em segundo lugar, despesas com três eventos específicos da campanha - dois jantares comícios e a reunião para a noite eleitoral.



Sucedee que os comprovativos das despesas relativas a esses eventos descrevem em si mesmos a razão e natureza da sua própria existência, enquanto eventos eleitorais.

Ou seja, uma análise mais construtiva da documentação apresentada pelo CHEGA dispensaria uma listagem específica dos eventos de campanha.

Isto porque, da simples leitura da referida documentação, se percebe que os eventos em causa consistiram em dois jantares comícios - um ocorrido no dia 22 de outubro, e outro no dia subsequente, e uma reunião, no próprio dia do sufrágio, para apresentação e comentário dos resultados eleitorais.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura aceita a realização de 3 (três) eventos específicos de campanha, alegando, no entanto, que, não obstante não ter entregue nenhum documento descritivo das ações de campanha, os comprovativos das despesas apresentados, dispensam uma listagem específica dos eventos de campanha. No entanto, não lhes assiste razão.

Efetivamente, o dever de refletir nas contas de campanha eleitoral a totalidade das receitas e despesas é distinto da obrigação imposta pelo n.º 1 artigo 16º da LO n.º 2/2005, que impõe a comunicação das ações de campanha e os meios nelas utilizados.

As alegações produzidas não afastam, assim, a irregularidade identificada.

Vejamos.

Face às alegações produzidas pela Candidatura, cumpre apreciar:

a) Jantar comício ocorrido no dia 22 de outubro de 2020

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor	Observações ECFP
Jaime Rufino da Silva	218/89	22/10/2020	Serviço de jantar de comício do partido	1.192,66	No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que esta despesa diz respeito a um jantar comício ocorrido no dia 22 de outubro de 2020.



Total	1.192,66	
-------	----------	--

b) Jantar comício ocorrido no dia 23 de outubro de 2020

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor	Observações ECFP
Restaurante "O Escalho"	2020/00000011	23/10/2020	Refeição/jantar comício São Miguel	1.635,00	No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que esta despesa diz respeito a um jantar comício ocorrido no dia 23 de outubro de 2020.
Total				1.635,00	

c) Despesas com material de propaganda (flyers, folhetos e esferográficas)

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor	Observações ECFP
LGM - Gestão Sup. Publicitários U, LDA	2020/438	23/10/2020	Impressão de flyers p/ ilhas	3.003,00	No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que estas despesas com material de propaganda não implicaram a realização de qualquer ação específica de campanha.
LGM - Gestão Sup. Publicitários U, LDA	2020/438	23/10/2020	Distribuição de folhetos nas ilhas	2.142,00	
Accional - Publicidade Comunic. Visual, Lda	20SMS/543	06/10/2020	Esferográficas Swuing Ref: 91019.24 com impressão a 1 cor numa face	945,00	
Total				6.090,00	

d) Despesa com recolha de imagens, tratamento de áudio e vídeo

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor	Observações ECFP
ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00055	21/10/2020	Recolha de imagens, áudio e tratamento de áudio, vídeo	1.500,00	No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura não prestou quaisquer esclarecimentos relativamente a esta despesa.
Total				1.500,00	



e) Despesa com som e luzes para a noite eleitoral

em EUR

Nome do Fornecedor	N.º fatura	Data	Meios de campanha	Valor	Observações ECFP
ELEGE REFERÊNCIA, LDA	FA 2020/00056	28/10/2020	Aluguer de som e luz para eventos Realização técnica de som e luzes para a noite eleitoral	1.000,00	No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alega que esta despesa ocorreu no âmbito da noite eleitoral para comentário e apresentação de resultados eleitorais.
Total				1.000,00	

Atento alegado, importa esclarecer no que respeita às despesas com material de propaganda, que a integração desta despesa no objeto do dever de comunicação previsto no citado artigo 16º, resulta da sua natureza, não tendo sido apresentado qualquer fundamento passível de afastar a presunção decorrente da respetiva idoneidade abstrata de constituir meio de uma ação de campanha.

Na mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional, acima citada, foi definido o conceito de “ações de campanha” por referência ao artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, como um evento complexo, situado no tempo e no espaço, constituindo apenas uma parte de toda a atividade de propaganda política realizada por um partido ou por outro sujeito eleitoral. Do dever de comunicação prescrito no artigo 16.º não decorre que todas as despesas realizadas na campanha constituam, sem outros dados adicionais, meios de uma ação de campanha. Com efeito, esta especial obrigação de comunicação tem a sua razão de ser no facto de as ações de campanha serem iniciativas relativamente complexas e alargadas, no âmbito das quais é previsível a realização de múltiplas despesas ou angariação de receitas, o que reclama por parte da ECFP uma atenção particular, de modo a garantir a sindicância de um subconjunto específico da atividade de propaganda política dos partidos e de propaganda eleitoral das candidaturas.

A própria Candidatura confirma a existência de três eventos específicos de campanha descritas em a.), b.) e e.), e assume que não comunicou estas ações de campanha e os meios nela utilizados. Quanto à conduta descrita em d.) - material de propaganda e recolha de imagens, tratamento de áudio e vídeo, a Candidatura nada disse. Quanto às demais condutas descritas



em c.) relativamente a despesas com impressão de flyers, distribuição de folhetos e esferográficas a Candidatura refere que as mesmas não implicaram a realização de qualquer ação de campanha específica. Não acompanhamos tal entendimento, tendo em conta a sua quantidade e características não podem senão constituir meios utilizáveis em ações de campanha, na medida em que só por intermédio de um evento complexo situado no tempo e no espaço é que se torna possível a sua utilização/distribuição, ainda que se desconheça em concreto em que evento/ação de campanha tal aconteceu. Desta forma, impunha-se a comunicação da(s) várias ações de campanha levadas a cabo e os meios que foram utilizadas/distribuídos nas mesmas.

Pelo exposto, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do n.º 1, do artigo 16.º da LO n.º 2/2005.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pela Candidatura e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005):

- a) Incumprimento do regime legal relativo à publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro em jornal de circulação nacional (ver ponto 2.1.);
- b) Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha provenientes de contribuições de partidos políticos (ver ponto 2.3.);
- c) Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha provenientes de donativos de pessoas singulares (ver ponto 2.4.);
- d) Incumprimento pela ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 2.5.);
- e) Incumprimento do regime legal relativo à comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 2.6.).



Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica n.º 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica n.º 2/2005 e do n.º 6 do artigo 27.º, da Lei n.º 19/2003.

Lisboa, 17 de janeiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

Mafalda Bettencourt
(Vogal)

João Pires
(Vogal, ROC)